

DIREITO DO TRABALHO

1. Nos termos da lei, é obrigatório o depósito do FGTS, salvo em se tratando de:

- (a) Férias gozadas.
- (b) Licença por acidente de trabalho.
- (c) Afastamento para prestação do serviço militar obrigatório.
- (d) Aposentadoria por invalidez.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

2. Um empregado admitido no dia 20 de outubro de 2003 foi dispensado, sem justa causa, em 21 de dezembro de 2013, mediante aviso prévio indenizado, quando recebia salário-base de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) mensais, mais gorjetas oferecidas espontaneamente pelos clientes na média de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais. Assinale a alternativa correta referente ao total do aviso prévio a que tem direito este empregado:

- (a) Terá direito ao valor de R\$ 2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta reais), correspondentes a 57 (cinquenta e sete) dias.
- (b) Terá direito ao valor de R\$ 3.150,00 (três mil e cento e cinquenta reais), correspondentes a 63 (sessenta e três) dias.
- (c) Terá direito ao valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), correspondentes a 60 (sessenta) dias.
- (d) Terá direito ao valor de R\$ 3.420,00 (três mil e quatrocentos e vinte reais), correspondentes a 57 (cinquenta e sete) dias.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

3. Nos termos da lei, não há diferença entre os seguintes tipos de trabalho, exceto:

- (a) O trabalho voluntário.
- (b) O trabalho executado no domicílio do empregado.
- (c) O trabalho realizado no estabelecimento do empregador.
- (d) O trabalho realizado à distância.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

4. Considere:

- I – Repouso semanal remunerado.
- II – Aviso prévio.
- III – 13.º Salário.
- IV – Adicional noturno.
- V – Férias gozadas.
- VI – Depósitos mensais do FGTS.
- VII – Horas extraordinárias.

De acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, as gorjetas não comporão a base de cálculo das verbas indicadas apenas em:

- (a) II, IV, V e VI.
- (b) I, III, IV e VII.
- (c) I, II, IV e VII.
- (d) III, IV e VI.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

5. No cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho, a ordem jurídica prevê diversos procedimentos atinentes à fiscalização do trabalho. Um desses procedimentos corresponde à paralisação, total ou parcial, de serviços ou atividades executadas em canteiro de obras, quando os Auditores Fiscais do Trabalho constatarem uma situação de risco grave e iminente no ambiente de trabalho. Considerando o enunciado, estamos falando do procedimento de:

- (a) Interdição.
- (b) Embargo.
- (c) Suspensão temporária por risco ambiental do trabalho.
- (d) Cassação temporária de alvará de funcionamento.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

6. Para o cabimento do adicional de transferência previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, devem estar preenchidos os seguintes requisitos:

- (a) A transferência deve ser definitiva e o empregado deve autorizá-la.
- (b) A transferência deve ser provisória e implicar a mudança de domicílio do empregado.
- (c) A transferência deve ser definitiva e imposta pelo empregador por ato discricionário.
- (d) A transferência deve ser definitiva e deve implicar a mudança de domicílio do empregado.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

7. Assinale a alternativa que contém afirmação incorreta:

- (a) Em nenhuma hipótese, a duração do estágio na mesma parte concedente, e do contrato de aprendizagem, poderá ultrapassar 2 (dois) anos.
- (b) A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.
- (c) É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (hum) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.
- (d) A inobservância dos requisitos legais necessários à configuração do estágio ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os efeitos da legislação trabalhista e previdenciária.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

8. Antônio, aproveitando-se do seu cargo de confiança, retirou dinheiro do caixa da empresa, de forma contínua e reiterada, por cerca de 6 (seis) meses, sem autorização prévia, para investir em seus negócios. Quando o seu empregador soube do ocorrido, Antônio lhe disse que tinha a intenção de devolver a quantia equivalente. Sabendo disso, pode-se afirmar corretamente:

- (a) Antônio poderá ser demitido por justa causa em virtude de sua insubordinação, já que não pediu autorização prévia.
- (b) Antônio poderá ser demitido por justa causa em virtude de sua indisciplina, já que não pediu autorização prévia.
- (c) Antônio poderá ser demitido por justa causa em virtude da prática de ato de improbidade.
- (d) Antônio não poderia ser demitido pois tinha a intenção de devolver a quantia equivalente.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

9. Não é instituto compatível com o contrato de trabalho e com o contrato de representação comercial:

- (a) A possibilidade de prorrogação do contrato por prazo determinado.
- (b) A vedação à inclusão da cláusula del credere.
- (c) Remuneração à base de comissão.
- (d) Hipóteses de justa causa tanto para o trabalhador/representante quanto para o empregador/representado.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

10. Constituem institutos típicos de direito coletivo do trabalho, salvo:

- (a) Negociação coletiva.
- (b) Transação.
- (c) Dissídio Coletivo.
- (d) Greve.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

11. Os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação de direitos trabalhistas:

- (a) são nulos de pleno direito.
- (b) são anuláveis, desde que demonstrado prejuízo à coletividade.
- (c) são válidos, desde que previstos em contrato de trabalho escrito.
- (d) são válidos, desde que convalidados por manifestação escrita do empregado.
- (e) Nenhuma resposta anterior..

12. O intervalo intrajornada será de:

- (a) 15 (quinze) minutos quando a jornada diária de trabalho for superior a 2 (duas) horas.
- (b) 1 (uma) a 2 (duas) horas quando a jornada diária de trabalho for superior a 6 (seis) horas.

(c) 30 (trinta) minutos quando a jornada diária de trabalho for superior a 4 (quatro) horas e não superior a 6 (seis) horas.

(d) 2 (duas) horas quando a jornada diária de trabalho for superior a 5 (cinco) horas.

(e) Nenhuma resposta anterior.

13. Sobre trabalho noturno, marque a alternativa incorreta:

(a) o trabalho noturno será remunerado com adicional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal.

(b) A hora noturna será computada como de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

(c) o trabalho noturno é aquele realizado entre às 20 (vinte) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte.

(d) as horas trabalhadas em prorrogação ao trabalho noturno devem ser igualmente remuneradas com adicional noturno.

(e) Nenhuma resposta anterior.

14. Não integram a remuneração do empregado:

(a) gorjetas.

(b) prestações in natura fornecidas habitualmente ao empregado como contraprestação pelo trabalho realizado.

(c) comissões sobre vendas.

(d) educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matriculo, mensalidade, anuidade, livros e material didático.

(e) Nenhuma resposta anterior.

15. Não é hipótese legal de justa causa para rescisão do contrato de trabalho:

(a) ato de improbidade.

(b) desídia no desempenho das respectivas funções.

(c) ato de indisciplina ou insubordinação.

(d) incontinência de conduta ou mau procedimento.

(e) incapacidade laboral decorrente de doença que não apresente como causa ou concausa as condições de trabalho.

16. Na rescisão do contrato de trabalho por pedido de demissão, o empregado terá direito à percepção de:

(a) aviso prévio indenizado.

(b) multa de 40% (quarenta por cento) sobre os depósitos do FGTS.

(c) férias proporcionais, acrescidas de um terço.

(d) liberação das guias do seguro-desemprego.

(e) liberação dos depósitos do FGTS efetuados durante a vigência do pacto laboral.

17. Não constitui hipótese legal para rescisão indireta do contrato de trabalho:

- (a) exigência pelo empregador de serviços superiores às forças do empregado, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato.
- (b) tratamento com rigor excessivo ofertado ao empregado pelo empregador ou por superiores hierárquicos.
- (c) o empregado correr perigo de mal considerável.
- (d) o empregador não cumprir as obrigações do contrato de trabalho.
- (e) exigência do cumprimento de horas extras, em número não excedente de duas, previstas em acordo escrito entre empregador e empregado.

18. Conforme entendimento sumulado, marque a alternativa incorreta acerca da compensação de jornada:

- (a) A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- (b) O acordo individual escrito para compensação de horas é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.
- (c) O mero não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.
- (d) A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário.
- (e) O regime compensatório na modalidade “banco de horas” pode ser instituído por negociação coletiva ou por contrato individual escrito.

19. Conforme entendimento sumulado, marque a alternativa incorreta acerca de horas in itinere.

- (a) O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno, é computável na jornada de trabalho.
- (b) A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito à horas in itinere.
- (c) A insuficiência de transporte público é suficiente para ensejar o pagamento de horas in itinere.
- (d) Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas in itinere remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público.

(e) Considerando que as horas in itinere são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo.

20. Conforme entendimento sumulado, marque a alternativa incorreta acerca de contratação de prestação de serviços.

- (a) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador de serviços, salvo no caso de trabalho temporário.
- (b) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com órgãos da Administração Pública, direta, indireta ou fundacional.
- (c) Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.
- (d) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, independentemente deste haver participado da relação processual ou constar do título executivo judicial.
- (e) A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

21. As custas processuais, no caso de interposição de recurso ordinário em mandado de segurança, deverão ser:

- (a) Pagas e comprovadas em oito dias da interposição do recurso.
- (b) Pagas em cinco dias da interposição do recurso e comprovadas em cinco dias a contar do recolhimento.
- (c) Comprovadas em oito dias a contar do recolhimento.
- (d) Comprovadas dentro do prazo recursal.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

22. Conforme previsão contida na CLT, garantida a execução ou penhorados os bens, o executado pode:

- (a) Apresentar embargos à execução no prazo de cinco dias.
- (b) Em matéria de defesa, requerer a produção de provas e arrolar até três testemunhas.
- (c) Apresentar agravo de petição no prazo de oito dias.
- (d) Debater questões já decididas pela sentença no processo de conhecimento.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

23. Em relação à suspensão do processo do trabalho, é correto afirmar que:

- (a) O processo será suspenso quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa, ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente.
- (b) Em razão do princípio protetor e da natureza alimentar das verbas trabalhistas, inegável que o processo do trabalho deve ser o mais célere possível, não havendo que se falar em suspensão do mesmo, salvo em caso de força maior.
- (c) Durante a suspensão do processo, não poderão ser praticados quaisquer atos processuais.
- (d) A morte ou perda da capacidade processual do representante legal da parte não implica em suspensão do processo.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

24. Em relação à litigância de má-fé, é incorreto afirmar:

- (a) Reputa-se litigante de má-fé aquele que proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.
- (b) Reputa-se litigante de má-fé aquele que usar do processo para conseguir objetivo ilegal.
- (c) Se forem dois ou mais os litigantes de má-fé no processo, a condenação dos mesmos se dará de forma solidária.
- (d) O juiz ou tribunal, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a pagar multa não excedente a 1% sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios, quando estes forem cabíveis no processo do trabalho.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

25. O juízo de admissibilidade nos recursos trabalhistas:

- (a) É composto de um juízo prévio (a quo) e de um juízo definitivo (ad quem).
- (b) Existe exclusivamente no juízo ad quem.
- (c) Somente ocorre na fase cognitiva do feito.
- (d) Existe exclusivamente no juízo a quo.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

26. A decisão judicial que homologa acordo entre as partes não pode ser objeto de recurso ordinário interposto pelo próprio reclamante ou reclamado em razão, especificamente, da:

- (a) preclusão lógica.
- (b) preclusão consumativa.
- (c) lealdade processual.
- (d) boa-fé objetiva.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

27. A respeito das nulidades no processo do trabalho, é correto afirmar que:

- (a) declarada a nulidade, por qualquer fundamento, todos os atos processuais posteriores serão nulos.
- (b) as partes poderão alegar nulidade enquanto estiver aberta a instrução, mesmo que já tenham tido oportunidade de manifestação nos autos.
- (c) é desnecessária a provocação da parte para a declaração de nulidade.
- (d) só serão considerados nulos os atos que alegadamente causarem manifesto prejuízo às partes litigantes.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

28. Numa reclamação trabalhista, o autor teve reconhecido o direito ao pagamento de horas extras, sem qualquer reflexo. Após liquidado o julgado, foi homologado o valor de R\$ 15.000,00, iniciando-se a execução. Em seguida, as partes comparecem em juízo pleiteando a homologação de acordo no valor de R\$ 10.000,00. Com base no narrado acima, é correto afirmar que:

- (a) o juiz não pode homologar o acordo porque isso significaria violação à coisa julgada.
- (b) é possível a homologação do acordo, mas o INSS será recolhido sobre R\$ 15.000,00.
- (c) a homologação do acordo, no caso, dependeria da concordância do órgão previdenciário, pois inferior ao valor homologado.
- (d) é possível a homologação do acordo, e o INSS será recolhido sobre R\$ 10.000,00.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

29. A respeito do preposto no Processo do Trabalho, de acordo com a legislação, assinale a afirmativa correta.

- (a) Não precisa ter conhecimento dos fatos, uma vez que tal característica é própria das testemunhas.
- (b) Não precisa ter conhecimento dos fatos, já que atua como representante do empregador.
- (c) Deve ter conhecimento dos fatos.
- (d) Deve ter conhecimento da interpretação do empregador quanto aos fatos ocorridos.
- (e) Nenhuma resposta anterior.

30. No processo trabalhista, a compensação ou retenção

- (a) só poderá ser arguida como matéria de defesa.
- (b) poderá ser arguida em qualquer fase do processo, mesmo na execução definitiva da sentença.
- (c) poderá ser arguida em qualquer momento, até que a sentença seja proferida pelo juiz de 1ª instância.
- (d) poderá ser arguida em qualquer momento, até que a sentença tenha transitado em julgado.
- (e) Nenhuma resposta anterior.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ESCOLA JUDICIAL

Rua Vicente Leite, 1281 - Anexo II (4º andar), Aldeota
Fortaleza - Ceará - 60.170-150

(85) 3388-9339
escolajudicial@trt7.jus.br
www.trt7.jus.br